



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ALEXSANDER MOURINHO ORTIZ

**AS CONTRIBUIÇÕES DE MONTEIRO LOBATO PARA
O CAMPO LITERÁRIO BRASILEIRO: SUA ATUAÇÃO
COMO EMPRESÁRIO DA EDIÇÃO**

LONDRINA – PARANÁ

2018

ALEXSANDER MOURINHO ORTIZ

**AS CONTRIBUIÇÕES DE MONTEIRO LOBATO PARA O
CAMPO LITERÁRIO BRASILEIRO: SUA ATUAÇÃO COMO
EMPRESÁRIO DA EDIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Claudinei C. Spirandelli

Londrina (PR)

Julho – 2018

FOLHA DE APOVAÇÃO**ALEXSANDER MOURINHO ORTIZ****AS CONTRIBUIÇÕES DE MONTEIRO LOBATO PARA O CAMPO
LITERÁRIO: SUA ATUAÇÃO COMO EMPRESÁRIO DA EDIÇÃO.****BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dr. Claudinei Carlos Spirandelli
Universidade Estadual de Londrina – Ciências Sociais CCH

Profa. Dra. Cláudia Siqueira Baltar
Universidade Estadual de Londrina – Ciências Sociais CCH

Profa. Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina – Ciências Sociais CCH

Londrina, ___ de _____ de ____.

DEDICATÓRIA

A minha mãe, por todo apoio dado a minha pessoa na vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Claudinei Spirandelli, que teve uma enorme contribuição na produção e realização deste trabalho.

Aos meus familiares, pelo incentivo em acreditar na minha capacidade.

Aos meus amigos, que entenderam as horas que fiquei sem conversar com enquanto estive realizando o trabalho.

Aos professores do curso, por ensinarem e transmitirem novos conhecimentos, fundamentais na constituição da minha formação educacional como aluno.

EPÍGRAFE

“Um país se faz com homens e livros”.

Monteiro Lobato

ORTIZ, Alexsander Mourinho. **As contribuições de Monteiro Lobato para o campo literário brasileiro: sua atuação como empresário da edição**. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2018.

RESUMO

O intuito do trabalho em tela é entender as contribuições de Monteiro Lobato na consolidação de um campo literário brasileiro. Isso foi baseado nos estudos e conceitos de Pierre Bourdieu sobre a teoria geral dos campos, e passou por estudos de autores como Gisele Sapiro, Sérgio Miceli, Andréa Leão, João Ivo Guimarães, Randal Johnson, Afrânio Catani, Tânia Regina de Luca e, principalmente, Enio Passiani, estudioso do referido escritor de Taubaté (SP). Com a intenção de desvendar e compreender os processos sociais e históricos que levaram Monteiro Lobato à obtenção de capital simbólico e financeiro para exercer algum poder dominante no campo literário nacional das primeiras décadas do século XX, foi estudada também a ascensão e o declínio do escritor paulista em relação aos colegas modernistas, o que o teria levado a uma secundarização de sua importância histórica na literatura brasileira por parte destes.

Palavras-chave: Campo literário brasileiro; Monteiro Lobato; Sociologia da Cultura.

ORTIZ, Alexsander Mourinho. **The contributions of Monteiro Lobato to the Brazilian literary field: his performance as an entrepreneur of the edition.** 2018. 55 f. Completion of course work. Bachelor's Degree in Social Sciences. Center for Literature and Human Sciences - State University of Londrina, Londrina. 2018.

ABSTRACT

The purpose of the work on canvas is to understand the contributions of Monteiro Lobato in the consolidation of a Brazilian literary field. This was based on the studies and concepts of Pierre Bourdieu on the general theory of the fields, and studied by authors like Gisele Sapiro, Sérgio Miceli, Andréa Leão, João Ivo Guimarães, Randal Johnson, Afranio Catani, Tânia Regina de Luca and, mainly, Enio Passiani, a scholar of the said writer of Taubaté (SP). With the intention of unveiling and understanding the social and historical processes that led Monteiro Lobato to obtain symbolic and financial capital to exercise some dominant power in the national literary field of the first decades of the twentieth century, the rise and decline of the São Paulo writer in relation to the modernist colleagues, which would have led him to a secondary importance of their historical importance in Brazilian literature.

Keywords: Brazilian literary field; Monteiro Lobato; Sociology of Culture.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	10
1.1) Tema e objeto.....	10
1.2) Problematizações e hipóteses.....	10
1.3) Objetivos.....	11
1.4) Justificativas.....	12
1.5) Referenciais teóricos.....	12
1.6) Metodologia da pesquisa.....	13
2) DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	14
2.1) O conceito de campo em Bourdieu.....	14
2.2) O campo literário brasileiro.....	21
2.3) Síntese.....	28
3) O EDITOR MONTEIRO LOBATO.....	30
3.1) Ascensão e declínio.....	30
3.2) O embate com os modernistas.....	42
4) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1) INTRODUÇÃO DA PESQUISA

1.1) Tema e Objeto

O tema e o objeto desta pesquisa inserem-se na grande área da Sociologia da Cultura e, dentro dela, do campo literário brasileiro. A finalidade deste trabalho é trazer um tema pouco discutido na área das ciências sociais, o campo literário brasileiro, para o debate acadêmico. Analisar e compreender sua formação como objeto de pesquisa é importante para entender o contexto histórico e cultural do país, no início do século passado. Não ficando somente no campo literário, também pretendemos destacar o papel fundamental que o escritor José Bento Monteiro Lobato teve na construção desse campo no Brasil, a partir da segunda década do século XX.

Este trabalho é fruto da leitura de artigos que correspondem a estudos feitos para analisar a formação do campo (em geral), do campo literário brasileiro e da participação inicial e decisiva desse escritor na construção literária pessoal. Além disso, o trabalho fundamenta-se e segue uma linha central por meio do conceito de campo de Pierre Bourdieu, e como o conceito é exercido nas disputas e nas hegemonias de cada área em que pode estar presente.

De forma predominante, os textos observados e estudados, neste trabalho, tem o intuito de serem descritivos no que tange entender o processo de formação e construção do campo literário brasileiro e das contribuições do referido escritor pelo recorte histórico das décadas de 1910, 1920 e 1930 do século XX. E, de modo mais específico e analítico, a participação de Monteiro Lobato no processo de produção literária brasileira de 1918 a 1925, correspondente ao tempo da compra da *Revista do Brasil* por ele até o pedido de falência dela.

1.2) Problematizações e hipóteses

A pesquisa tem o intuito de buscar o entendimento das características principais e marcantes do escritor paulista Monteiro Lobato, que

teriam auxiliado para o aumento do interesse e popularização da literatura, principalmente a infantil, no país. Do mesmo modo, pretende entender como Monteiro Lobato teria modificado a estrutura do campo literário brasileiro.

Além da procura por compreender os estímulos da leitura no país gerados por Monteiro Lobato, o estudo pretende entender se o impacto causado por ele na expansão do interesse do brasileiro pelo hábito da leitura foi imediatamente percebido, em curto prazo, ou se ela foi somente reconhecida tempos depois de suas publicações.

Finalmente, o trabalho pretende realizar compreensões sobre as extensões dos públicos etários, ou as contribuições de Monteiro Lobato que teriam formulado uma nova modalidade e geração de escritores inspirados por ele a partir de seu embate no campo literário com os Modernistas, principalmente Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

Devido ao fato de se tratar de pesquisa bibliográfica, entendemos que tal verificação tem como intuito despir os motivos já estudados por autores para debelar as questões propostas.

1.3) Objetivos

Geral:

Valorizar a importância de Monteiro Lobato para o crescimento do acesso e interesse da população brasileira à leitura, bem como de uma suposta ampliação do processo educacional que seria estimulado pelas publicações da editora do referido escritor.

Específicos:

Entender as mudanças trazidas por Monteiro Lobato que teriam alterado culturalmente a forma com que a população brasileira consumia a literatura, durante o período em que ele esteve à frente de suas editoras.

Catalogar estudos sobre Monteiro Lobato nas primeiras décadas do século XX e entender a situação do início da Literatura Brasileira deste período.

Consolidar a defesa de que Monteiro Lobato é um autor muito importante e essencial no contexto cultural e literário brasileiro.

1.4) Justificativas

As justificativas para a pesquisa podem ser postas na pouca procura e exploração deste assunto nas ciências sociais brasileiras, pois esta área demonstra um interesse muito maior no desenvolvimento de estudos a respeito da política, trabalho, economia, problemas sociais, etc.

Os poucos trabalhos relacionados ao campo literário e à produção cultural na área sociológica brasileira devem ser estimulados e mais assertivos dentro da academia, em função da cultura erudita e da literatura necessitarem ser consideradas importantes para a formação do cientista social, além da própria formação a partir da perspectiva cultural, artística e literária que faz parte do processo do entendimento global sobre a sociedade brasileira.

Por pouca dedicação ao tema, é necessária maior procura explicativa desta abordagem na área, além da análise histórica da evolução cultural da população.

1.5) Referenciais teóricos

Esta pesquisa pretende expor as contribuições do escritor Monteiro Lobato no campo literário brasileiro sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, com o foco nas disputas internas pelo poder e hegemonia nesse campo.

Um dos textos principais na abordagem teórica na pesquisa é: “Campo Intelectual e projeto criador”, de Bourdieu (1968), sendo que este autor será utilizado para a teoria de campo, juntamente com os conceitos de capital e de *habitus*.

Bourdieu (1968) entende que os campos estão relacionados por suas próprias disputas internas, com bens simbólicos e sociais, que tornam mais simples de entender o trabalho de autores e de suas obras em uma formação cultural e social de determinada época. Dentro destes campos, surgem os espaços onde os agentes participam das instituições, em que formulam as suas próprias regras, combinadas ao valor de seus capitais e de seus *habitus* nas disputas internas, como o caso de Monteiro Lobato, no Brasil.

Na teoria do campo, encontram-se os conceitos de capital e de *habitus*. O capital está na posição dos indivíduos na luta por seus interesses específicos dentro das instituições, no interior de seu campo, e, especificamente, diz respeito aos patrimônios de valor que os indivíduos possuem; o *habitus* diz respeito à espécie de sistema de percepções, de apreciações e de ações em situações sociais determinadas na estrutura e que são assimiladas pelo agente (Ortiz, 1983).

1.6) Metodologia da pesquisa

Os dados e informações da pesquisa foram buscados em diferentes fontes de textos como livros, dissertações, teses e artigos científicos. Como forma de pesquisa, a proposta é baseada em pesquisas bibliográficas, em função de a coleta ser de materiais já publicados em livros, artigos, dissertações e teses, e também estar constituída como pesquisa descritiva.

Os dados coletados foram tratados de acordo com os objetivos traçados e desejados na perspectiva da teoria de campo, de Bourdieu. O autor Enio Passiani será utilizado para servir como uma das principais explicações e complementações das abordagens na pesquisa, entre outros pesquisadores.

Passiani (2003) entende que, na história literária brasileira, as obras de Monteiro Lobato apresentam expressões interessantes referentes ao público-leitor através de temas próximos ao próprio contexto local, como o regionalismo, expressando os pensamentos da população acerca de sua região. Em seguida, com o sucesso e a popularização das obras, expandiu-se também o número de escritores que faziam parte da revista, assim fortalecendo o poder de Monteiro Lobato no campo literário brasileiro.

2) DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

2.1) O conceito de *campo* em Pierre Bourdieu

Vários autores também desenvolveram estudos a respeito do campo. Gisele Sapiro, em “Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês” (SAPIRO, 2007), retoma, de modo resumido, estudos de Bourdieu, contidos em obras como *O mercado de bens simbólicos* (1974) e *As regras da arte* (1996), e mostra que o autor lançou os elementos para formar o processo de base da autonomização metodológica do campo literário como objeto de estudo. E ele o fez partindo do princípio do exercício da atividade literária pelas condições estruturais e sociais presentes nela, gerando uma discussão a respeito da diversificação das estruturas e do nascimento de figuras consideradas concorrentes do autor, como o “escritor de Estado”, o “artista”, o “intelectual” e o “escritor profissional”, bem como o surgimento de diversas instituições sobre a vida literária. Sendo assim, ainda segundo Bourdieu, o processo da autonomização do campo literário dependeria da emergência de um corpo de produtores especializados; da existência de instâncias de consagração específicas; e da existência de um mercado (SAPIRO, 2007, p. 93).

Conforme as ideias de Bourdieu, no escritor do Estado, a primeira condição está relacionada com o processo de especificar e diferenciar as atividades, graças à expansão prática da divisão do trabalho (isto baseado em raciocínios de Max Weber). Em seguida, ele propõe que a autonomização do campo literário se iniciaria com o surgimento de um corpo de produtores especializados, que se consideravam qualificados para emitir críticas e juízos a respeito da estética dos produtos artísticos, bem como serem responsáveis pelas demarcações de seus valores no campo literário.

Em tal contexto histórico, ainda conforme o sociólogo francês, a forma do escritor que conhecemos nos dias atuais inicia-se no século XVII, através do surgimento do grupo dos letrados que, ao se diferenciarem dos doutores ligados ao poder da Igreja Católica, enfrentam-se no *campo* em função do uso da língua francesa moderna, ao invés do latim, considerada

então a principal expressão linguística da ordem e cultura erudita europeia – no caso, a que é orientada pela referida Igreja.

Então, destaca Bourdieu, a autonomização da atividade literária começaria através de reivindicações dos profissionais na área, que pediam o direito de o autor ser oficializado pela Academia Francesa, posto que era neste local onde o rei poderia ter influência nos poderes legislativos; nisso também se expande o clientelismo, isto é, uma valorização da dependência estatal para que a atividade literária do autor/escritor/artista seja legitimada e reconhecida.

No entanto, a realização profissional dos escritores somente aconteceria um século depois, quando o mercado do livro começa a se expandir, embora ainda tenha uma forte interferência do Estado na determinação de conteúdos e de expressões nas publicações, assim como a detenção corporativa deste mercado. Sendo assim, neste campo, iriam se localizar os autores denominados como dominados, pois o seriam dependendo dos poderes que obtinham perante a demarcação estatal.

Segundo Bourdieu, a partir do século XIX, contribuiria para o processo de autonomização em relação ao Estado o fato de terem existido autores, na parte acadêmica, que formaram um grupo com o intuito de se aliarem à “Cidade” (a sociedade mais ampla) perante a “Corte”, permitindo o fim da dependência e da interferência estatal para que o público-leitor fosse o principal responsável e possuísse a preferência pela regulação do mercado de livros e de suas respectivas publicações.

Sapiro também ressalta que, conforme Bourdieu, no que diz respeito ao modelo vocacional do artista, estas mudanças nas atividades literárias provocaram um diferente mercado na esfera pública e alterações na ordem de tempo entre a oferta e a procura, fazendo surgir a situação em que o editor começa a assumir o lugar do patrão em termos de índices de vendas das obras.

A socióloga também salienta a ideia de Bourdieu segundo a qual a liberdade puramente formal estaria ligada ao ideário romântico da criação, o que logo promoveria a ideia da livre concorrência do mercado, o que se torna positivo, pois permitiria que os escritores fossem mais originais em suas obras

e estilos, provocando também o distanciamento da ideia de plágio (SAPIRO, 2007, p. 95).

Esta nova forma de mercado teria permitido, ainda segundo Bourdieu, o nascimento de dois tipos de autores da literatura: o do “modelo vocacional do artista”, originado no romantismo e o “escritor empresário”, baseado nos raciocínios de Balzac e encontrado na parte industrial da literatura, localizada nas demandas de obras literárias, de acordo com os interesses sociais do público.

O aumento das vendas dos livros, em curto prazo, associado à atividade do “escritor mercenário”, fez surgir um polo industrial com o intuito de restringir a produção para impossibilitar a redução dos valores estéticos e mercantis da sanção pública, logo deixando a literatura em uma situação livre, ou seja, mais autônoma, diante dos interesses de artistas rebeldes perante os padrões morais estabelecidos pela Igreja, propõe Bourdieu.

A respeito do intelectual como uma figura no campo literário, destaca Bourdieu, é importante mencionar que ele aparece diante da lógica da autonomia, na qual surge uma situação em que ele corria o risco de perder a sua importância social em função da restrição do público ao acesso às obras, sendo justamente num período que os juízos estéticos e artísticos estavam sendo bastante discutidos, principalmente a respeito de que qualquer obra de arte seja tratada como tal.

Sendo assim, o conflito na autonomia literária deixou como possível a vontade dos escritores de deterem as noções de responsabilidade conjuntamente a uma verdadeira liberdade de expressão e, portanto, criando, assim, a forma de como se refletiria a figura do pensador, passando de somente um artista para um intelectual.

Também para Bourdieu, como menciona Sapiro, mesmo tendo surgido índices de liberalização política, ainda existia, de certo modo, uma dependência de oferta política de partidos e de organizações políticas a respeito do capital simbólico, logo privilegiando ideias do profetismo no campo literário, de acordo com as capacidades vocacionais oferecidas pelas

definições e formas estruturais que foram colocadas pelos próprios agentes do campo.

Ainda na discussão política, o campo literário francês teria entendido, segundo o sociólogo francês, que existiria uma grande lacuna envolvendo a falta de acadêmicos com a capacidade de diferenciar e especificar temas, especialmente relacionados à questão moral e à nacionalidade, principalmente entre políticos, jornalistas e cientistas. E após ser entendida a existência da lacuna, o processo de profissionalização começado no século XIX teria resultado, ao lado das mudanças de modelos econômicos e políticos, numa formação maior de profissionais ligados, conseqüentemente, com o crescimento das instituições, inclusive sociedades compostas apenas por autores.

Sendo assim, conforme Bourdieu, a popularização do mercado dos livros continuou a crescer através das vendas de suas respectivas publicações, e a figura do escritor profissional no campo ficava posicionada e localizada para estar presente como agente numa parte cada vez mais relacionada, o que corresponde a corporações.

Já a respeito de campos específicos, Afrânio Mendes Catani (2011), por exemplo, retorna a discussão a respeito da noção de campo social, desenvolvida por Bourdieu, com a intenção de pensar sobre as especificidades e as probabilidades sintéticas do campo universitário brasileiro.

Em seu texto, ele destaca a importância de Bourdieu para o desenvolvimento de uma sociologia responsável para estudar a lógica da dominação social nas sociedades de classes e os mecanismos que se utiliza para se esconder e se manter, buscando remover os princípios que administram esta lógica pelas análises concretas.

Ao pensamento de Bourdieu, Bernard Lahire (2002) realiza uma análise profunda para identificação e definição de elementos fundamentais da construção do campo, partindo dos artigos “Quelques propriétés des champs” (Questions de sociologie, 1980) e “Le champ littéraire” (1991), em que o autor proclamava as seguintes definições de campo:

“Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global. Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro). Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições. Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições. As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital. O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados. A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo. As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, ‘ortodoxos’ e ‘heterodoxos’ (...). Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem. Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico. A cada campo corresponde um habitus (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo, o habitus da filologia ou o habitus do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o habitus próprio do campo tem condições de jogar o jogo e de acreditar n(a importância d)esse jogo. Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu habitus e sua posição no campo. Um campo possui uma autonomia relativa; as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas” (Lahire, 2002, p. 47-48).

O referido autor ressalta, também, que o entendimento que Bourdieu faz das noções de espaço social e simbólico e de classe social deve servir a pesquisas teóricas e empíricas, com a intenção de procurar um objeto bem situado entre espaço e tempo, durante a sociedade francesa dos anos 1970, por exemplo, para várias análises nos aspectos de modelos quantitativos e qualitativos, assim como observação e avaliação.

O artigo de Antônio M. Catani (2011) resume campo, propondo que é simplesmente um microcosmo incluído no macrocosmo de constituição realizada através do espaço social nacional ou global, onde o campo tem as suas próprias regras, formadas por “sistema” ou por “espaço” de lutas de inúmeros agentes em diferentes posições, em busca da apropriação do capital, pois é distribuído de forma desigual, gerando aqueles que são os dominantes e os seus dominados.

Esta distribuição desigual também gera a determinação estrutural do campo, definido pelo estado de uma relação com contexto histórico de forças envolvendo agentes e instituições no campo e, ao lado de suas estratégias, os agentes podem se relacionar em suas determinadas posições no campo, causando o processo de oposição estratégico.

Mesmo assim, diante de todos os conflitos e disputas, os agentes têm a semelhança de manterem a existência de seu campo, unindo-o numa “cumplicidade objetiva” e, portanto, entende-se que os interesses sociais são sucessivamente específicos de cada campo, onde cada um deles corresponde ao *habitus* próprio do campo.

Bourdieu também percebe que as estruturas simbólicas seriam mais do que apenas uma forma particular de poder e de sua dimensão total, pois elas estão em prol de praticar a autoridade a ser dotada de prestígio. Na falta de maiores explicações sobre as formas econômicas e simbólicas na representação e diferenciação da estruturação, o autor procura as respostas pelo marxismo pela sociedade estar estruturada em classes sociais e porque as relações entre as classes são relações de luta.

Já Sérgio Miceli (2003) aborda a sociologia da cultura de Bourdieu através de três perspectivas cruciais: as noções de prática, *habitus* e campo, para procurar o entendimento a respeito destes significados ao longo da história do autor francês e das conexões dos objetos nos modelos sociológicos e culturais em que estão estruturados num paradigma.

Miceli destaca a afirmação de Bourdieu, segundo a qual o campo é novamente destacado como um espaço que permite a participação influente dos agentes sociais (intelectuais e artísticos, por exemplo) em seus determinados posicionamentos e detentores de *habitus* na estruturação do sistema, sendo suas posições localizadas de acordo com a obtenção de capital entre os agentes num espaço interno com muita concorrência.

Miceli também retorna o fato de, ao longo da história, o campo, segundo Bourdieu, também ter influência nas análises acerca das mudanças sociais da sociedade moderna, principalmente nas áreas que correspondem aos espaços intelectuais e de poder, considerados importantes para a construção de novas teorias sociais, nas quais o próprio autor francês aponta que, por exemplo, os escritores considerados detentores de poder econômico, intelectual e político nas avaliações de obras são classificados como “burgueses”.

Contra a visão sobre consciência de Sartre, Bourdieu cita o *habitus* como o único responsável da geração de práticas, em função deste ser fundamental para a construção interna das estruturas, sendo subjetivas ou objetivas incluídas as questões que envolvem o sujeito criador.

Por isso, campo e *habitus* aparecem a partir de suas próprias características diante da noção, sendo utilizada nos princípios sociais, responsáveis pela concorrência dos escritores no campo intelectual, inclusa a situação onde os agentes se encontram numa situação em que estão apenas no estado de fazerem ou não em outros modos.

Miceli também destaca que o conceito de campo tem a pretensão que os escritores realizem cada vez mais trabalhos artísticos e intelectuais, baseados no contexto histórico e social destes agentes, com o intuito de significar e dar sentido as suas próprias obras, fortalecendo a parte estrutural

do campo, combinadas com a tentativa de evitar os objetos das análises monográficas, biográficas e de ensaios estatizantes.

Essas tentativas possibilitariam que Bourdieu realizasse, ainda que considerado forçado, um trabalho de interpretação do modo progressivo das análises. Mesmo que se encontrasse em um estado conturbado, as observações continuam a respeito dos móveis internos de jogos e de competições, levando a uma espécie de teoria prática, segundo a teoria de Bourdieu.

Uma nova geração de práticas levou a vontade de desenvolver um novo conceito de *habitus*, em que impera a necessidade de fechar as brechas deixadas pelo interacionismo e estruturalismo, procurando também os acontecimentos estratégicos aplicados pelos agentes, pois eles detêm uma autonomia diante das relações nas ações que, enfim, permitem que as práticas sejam observadas pelas condições sociais e conjuntas de *habitus*, em que Bourdieu ressalta uma lei imanente pela educação (MICELI, 2003, p.70).

Finalizando, para Bourdieu, o campo tem a responsabilidade de fazer os processos das atividades culturais nas sociedades modernas, bem como estar presente nos posicionamentos internos dos agentes, e servir de compreensão para atividades culturais de obras e autores. Em geral, segundo os apontamentos escritos e compreendidos por Miceli, entende-se como conclusão que:

“O campo é o conceito do entendimento circunstanciado da atividade cultural ou simbólica, o marcador teórico de um grau elevado de ambição sociológica, a garantia de um tratamento aprofundado da atividade cultural nos registros-chave de seu adensamento, a exigência de uma apreensão contrastiva e relacional de autores, obras e linguagens, em suma a prova mais acabada e conseqüente do que deveria ser a teoria e a prática analítica de uma sociologia contemporânea da cultura” (Miceli, 2003, p.78).

2.2) O Campo Literário Brasileiro

Andréa Borges Leão (2009) trata da transição da literatura infantil francesa para a literatura infantil brasileira, as formações e as passagens históricas e temporais destes modelos literários, como o estabelecimento de calendário para origens e estéticas daquilo que é considerado ou não como ficcional para as crianças.

Segundo Leão, a partir dos estudos literários, percebe-se que o desenvolvimento de uma noção de literatura para as crianças no Brasil teve seu início através do aparecimento de gênero e da formação da nação, como o caso do surgimento da literatura infantil brasileira, a qual Monteiro Lobato seria o responsável pelo começo nas primeiras décadas do século XX. Leão relembra que, em comparação com os traços literários brasileiros, a história literária francesa baseia-se na agregação entre ficção, modelos de educação cristã, moral ou universal, e pura e simples distração, além de não contar com as questões envolvendo pátria.

Ainda segundo Leão, o estudo do campo literário parte do entendimento de que este tem a função de servir como um espaço social constituído por instituições relativamente independentes, em que seu funcionamento depende de leis próprias de dominação e das relações de força entre agentes posicionados de forma hierárquica. Assim sendo, esta compreensão permite também a análise do surgimento e do crescimento da autonomia do campo ficcional brasileiro entre crianças e jovens.

Tratado como tradição, a inicialização da literatura infantil no Brasil tem sua origem em meados do século XIX, por meio de livros originados da França ou de traduções para o português de Portugal e do Brasil e, na metade do século XX, o mercado se reaquece por novas adaptações aos tempos, com o objetivo de manter ainda o interesse das novas gerações de leitores pelos livros culturais vindos da Europa (LEÃO, 2009).

Monteiro Lobato, ao perceber que o campo literário brasileiro não tem a mesma história e estrutura que o campo literário francês, demonstrou ter um enorme interesse em construir uma legítima literatura nacional voltada ao público infantil brasileiro. Mesmo que existissem os clássicos literários que tratavam sobre temas considerados universais ou identitários nacionais, ele possivelmente acreditou que poderia realmente conseguir uma ruptura de

estilos ligados ao passado, embora não o tenha conseguido, pois o autor adotou traços literários europeus para a elaboração da linguagem de seus personagens em suas obras e fábulas (LEÃO, 2009).

Outros autores sucederam os caminhos de Monteiro Lobato devido ao seu mérito em realizar novos métodos de distribuição e de promoção de vendas, especialmente após o sucesso comercial do lançamento de *Narizinho arrebitado* (1921), que permitiu a grande ampliação de leitores, embora não pode ser negado da história literária brasileira que existiram também outros autores que produziram obras voltadas para o público infantil brasileiro (LEÃO, 2009, p.159).

A influência de livreiros-editores como Monteiro Lobato é creditada como fundamental para expandir o crescimento de um mercado dedicado aos livros infantis, especificamente, por meio do desenvolvimento e ampliação de coleções e de modificações das práticas culturais nas famílias e nas escolas brasileiras.

Ainda segundo Leão, as transferências literárias da França para o Brasil não aconteceram de forma iguais, especialmente na assimetria entre os dois espaços culturais, sendo uma central e outro dominante, além da acumulação específica de um capital, determinando outro periférico e dominado, que pode ser visto por meio de uma dominação paradoxal a respeito da literatura juvenil não se reduzir para os países da América do Sul. Com a consequência dos empréstimos, ocorre um simples caso de colonização cultural, pois teria sido justamente o comércio de clássicos franceses que, confirma Leão, determinou o processo inicial de constituição da literatura infantil brasileira como um gênero independente ou autônomo.

Sendo assim, ainda segundo as ideias de Leão, o estudo do campo literário não encerra a sua discussão sobre textos, autores, identidade nacional e a busca de uma verdade ficcional, pois ele aparece como questionador de critérios a respeito da fundamentação da literatura infantil brasileira, de possibilitar a circulação transnacional das obras e também de possibilitar as utilizações sociais de uma determinada literatura em diferentes tradições culturais.

Lembra Leão que a organização de um conjunto de obras no espaço da investigação da riqueza literária de um mesmo escritor que se encontra apoiada no prestígio de talento e originário de autores como Monteiro Lobato proporciona o entendimento da manutenção dos clássicos do patrimônio universal e das passagens de suas trocas transnacionais. Além disso, a continuidade e a conservação no catálogo das editoras brasileiras em recriar ou traduzir elementos de obras estrangeiras apresentam-se como clássicos em função de demonstrarem a reprodução literária da nação através dos leitores educados e socializados em diversas partes culturais (LEÃO, 2009, p.174).

Por fim, Leão destaca que o trabalho em conjunto dos agentes da produção que envolve livros, escritores, autores e editores é responsável por manter a organização das coleções e adaptações de textos, que produz uma transição entre o antigo regime europeu com a moderna sociedade burguesa, como o caso da influência das obras francesas na formação da cultura literária brasileira.

Em termos historiográficos, o pesquisador norte-americano Randal Johnson (1995) retrata a reconstrução do campo literário brasileiro entre 1930 a 1945 com o avanço do Modernismo, passando também pelo Estado Novo, sendo este período conhecido pelo regime liderado por Getúlio Vargas e o Estado Novo ficou definitivamente marcado pelas diferenças entre autoritarismo, poder, sociedade, burocracia, centralismo e corporativismo, que marcaram uma nova definição de relacionamento entre os intelectuais e o estado, a partir da década de 1930, sendo também marcada pela própria classificação do campo literário nos aspectos que envolvem as suas especificidades, os seus valores, as suas organizações, os seus objetos de debates e as participações dos agentes em suas determinadas posições no sistema.

Johnson começa seu estudo a partir da influência da elite social e do estado acerca da prática literária, em que, historicamente, elite e estado determinavam as suas vontades, os seus desejos e os seus anseios para o restante da sociedade, incluindo a modulação de uma estrutura social.

A elite social também apresenta a sua interferência na prática literária através do poder e do autoritarismo em exercer a reprodução de bens simbólicos, mesmo que não seja considerado algo que denigra os valores das obras literárias e artísticas.

Ainda segundo Johnson, o campo literário brasileiro não apresenta nada de muito diferente de outros campos, pois apresenta a semelhança das disputas internas no posicionamento político, onde ocorrem os conflitos entre o centralismo político e o federalismo descentralizador da Primeira República, ao lado das confusões da modernização institucional e da continuidade dos setores tradicionais da elite no poder, além da autopreservação (JOHNSON, 1995, p.168).

Este período do país viu o Modernismo como um crescente movimento ligado à esquerda, enquanto o regime de Vargas estava mais perto dos princípios tradicionais reformistas e conservadores, logo gerando uma mistura de intelectuais ao aparelhamento estatal, sendo uns mais modernistas, enquanto outros mais simpatizantes das questões patrióticas.

Também conforme Johnson, os anos de 1920 e 1930 apresentam uma diversidade intelectual preocupada com a falta de conhecimento dos brasileiros acerca de suas próprias relações com o país e das libertações de seus modelos importados, tais como a valorização do nacionalismo cultural, sendo um princípio característico do Modernismo, que também inclui ser oposição ao liberalismo.

Os diversos intelectuais tentavam se destacar como representantes máximos da Nação, através de associações a grupos que se tornavam adversários nas lutas internas do Estado, mas alguns gostariam de ter o aparato estatal com o intuito de exercer o autoritarismo e a ordem na forma da unidade nacional com ideias presentes de nacionalismo.

Esses ideais de nacionalismo presentes nas associações de diversos intelectuais resultaram num objetivo muito claro do regime Vargas em realizar uma missão cultural, por meio de atividades sociais e culturais, como nas organizações profissionais pertencentes ao Estado, como a mídia impressa, cargos do governo e universidades e a expansão literária industrial

com objetivos de estabelecer uma missão cultural de cunho nacionalista, que eram prioridade da época do regime, mas foi também percebida uma grande dificuldade pela pouca expansão industrial das editorias, pois boa parte da população brasileira era analfabeta, bem como o agravamento da crise econômica internacional; tudo foi crucial para a dificuldade desta expansão. A citação de Lúcia Lippi Oliveira coloca em perspectiva a visão de Getúlio Vargas no período:

“As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira [...] foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira [...] buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro [...] a renovação dos valores literários e artísticos, por um lado, [e] a renovação dos valores políticos e das próprias instituições [por outro] [...] se fundiram num movimento mais amplo, mais geral, mais completo, simultaneamente *reformador* e *conservador*, onde foram limitados os excessos, [...] harmonizadas as tendências mais radicais e divergentes” (Oliveira, 1982, p.508).

Ainda conforme Johnson, se existia uma diversidade intelectual com as suas correntes políticas e ideológicas, não existia do mesmo modo na distribuição de regiões, pois uma grande parte destes grupos esteve altamente concentrada e posicionada no eixo Rio–São Paulo, assim como outros de menores dimensões em Belo Horizonte e Porto Alegre, mas este fator acabou não sendo tão prejudicial para expandir e distribuir volumes vindos das editoras.

Um dos que mais se beneficiaram no Rio de Janeiro, por exemplo, foi o editor José Olympio, por meio das dominações do campo literário no local, baseadas nas melhores propostas, pois eram consideradas mais vantajosas economicamente, com temas de livros relacionados a romances sociais.

Assim, a monopolização da dominação do campo literário brasileiro trouxe o problema da dependência cultural interna, da centralização e

da concentração da produção de bens simbólicos, mas não impediu que a expansão das publicações ficasse somente em regiões do Sudeste e Sul, mas também fossem para o Nordeste, com obras de caráter nordestino por autores locais, que chegaram e fizeram sucesso no Rio durante os anos de 1930.

Os anos de 1940 ficaram marcados no campo literário brasileiro pelo crescimento hegemônico da esquerda e conseqüente queda da direita, e isso em todo o campo cultural, no qual os intelectuais do primeiro tipo puderam ser responsáveis pelo esvaziamento do significado real da categoria, fazendo ocorrer uma distorção histórica correspondente aos setores de poder da sociedade brasileira.

Já Guimarães (2015) trata sobre as limitações do campo literário de Bourdieu, ao analisar os trabalhos de escritores e intelectuais nas sociedades periféricas, sendo especificamente, neste caso, o movimento modernista em Minas Gerais durante as décadas de 1920 e 1930.

O início do movimento modernista mineiro pode ser definido pelo nascimento de uma publicação produzida por um grupo de jovens intelectuais chamada de *A Revista*. Desde a sua primeira publicação, o editorial de Carlos Drummond de Andrade destacou a linha de publicação da revista com um tom de deboche misturado com a projeção de ser uma ação intensiva presente em todos os campos, principalmente na literatura, arte e política (GUIMARÃES, 2015, p.35).

O movimento do campo literário mineiro¹ teve o propósito de demarcar uma renovação intelectual vinda deste estado bem como servir de função para o crescimento da carreira nos órgãos públicos dos escritores, que não ficaram somente espalhados em diversas áreas do campo.

Logo, os escritores de Minas Gerais que faziam parte da classe dirigente do estado também conseguiram ser extremamente decisivos no crescimento do processo de modernização regional, porque eram influentes culturalmente e socialmente nos órgãos públicos.

¹ O campo literário mineiro teve também influências dos modernistas paulistas, em função de uma visita feita às cidades históricas do estado em 1924, entre os principais autores estavam Mário de Andrade e Oswald de Andrade (Guimarães, 2015).

2.3) Síntese

Esse estudo procurou mostrar a Sociologia da Cultura, pela perspectiva de Bourdieu, e apontar a análise das propriedades estruturais em que os escritores ou os intelectuais estão inseridos e devidamente posicionados. No caso, no movimento literário dos anos de 1920 e 1930, fundamentalmente, na aplicação da teoria do campo, analisando como os agentes sociais estão incluídos nos mais altos cargos do sistema político e cultural do país.

Dentro da análise de Bourdieu, a figura do intelectual no campo demonstra ter uma relativa autonomia e, portanto, utiliza esse artifício para que nos conflitos presentes numa estrutura ainda consiga exercer a sua participação como alguém importante nos debates políticos e sociais.

Já as relações entre “campo” e “*habitus*” representam dinamismos primordiais para o estabelecimento dos posicionamentos dos agentes detentores de certos capitais; estes capitais obtidos diante dos conflitos internos, principalmente nas definições acerca de obras culturais e artísticas produzidas, pois o poder no campo é fundamental para que um agente tenha o maior posicionamento possível no espaço, pois o utilizará como determinante na emissão do valor de obras, isto é, quanto mais poder o agente detém, mais reconhecida e valorizada será a obra no campo, incluindo os agentes em menores posicionamentos.

A perspectiva de Bourdieu retorna a discussão para entender que o modernismo mineiro estava sem autonomia suficiente nas avaliações de obras no campo literário, bem como também presentes nos temas políticos e nas classes dirigentes estatais e, sendo assim, observou-se também entre os intelectuais modernistas em Minas Gerais, nos anos de 1920 e 1930, um grande conflito nos espaços públicos, políticos e literários, pois o contexto histórico do período demonstra uma preocupação que envolve as atividades literárias com as lideranças estatais.

A expansão do modernismo mineiro despertou a atenção de novos autores, originados do interior do estado, que acabaram partindo para

Belo Horizonte com o objetivo de conseguirem se formar no ensino superior, assim como queriam ser figuras ativas nos processos políticos e artísticos no espaço público, trabalhando para o estado e também no setor de jornalismo.

O objetivo desta expansão do movimento ainda teve influência na possibilidade de fazer Minas Gerais avançar culturalmente e ser um estado concorrente à dominação oligopolista cultural, político e econômico de Rio de Janeiro e São Paulo.

Nas décadas de 1930 e 1940, os considerados letrados do movimento modernista mineiro foram gradativamente substituídos pela modernização conservadora, mas conseguiram se encontrar sob outras formas, como por exemplo, substituindo a velha geração literária por cargos estatais, aproximando-se das classes dirigentes, através das relações familiares e de amizades, enquanto outros se sentiam envergonhados com esta aproximação (GUIMARÃES, 2015, p.55).

Assim, Guimarães também propõe que a noção de “campo” possui sim, limites, mas ainda é capaz de ajudar nos estudos do campo intelectual literário, como o caso deste trabalho.

3) O EDITOR MONTEIRO LOBATO

3.1) Ascensão e declínio

Segundo Tania Regina de Luca (1999), o nome de Monteiro Lobato estava cogitado para ser substituto de Plínio Barreto na *Revista do Brasil* em 1917, conseguindo, no ano seguinte, ser o proprietário da publicação até a falência em maio de 1925. A autora destaca que, antes de adquirir a *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato já despontava como alguém de grande relevância cultural no Brasil.

Nascido em Taubaté, em 1882, Monteiro Lobato começou a sua vida estudantil por lá, passando depois a membro do Instituto de Ciências e Letras, localizado em São Paulo e, mais tarde, em 1900, entrou para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde, neste período, ao lado de acadêmicos, forma um grupo de discussão literária denominado de Cenáculo.

Em 1904, após obter o bacharelado em Direito pela faculdade do Largo de S. Francisco, Monteiro Lobato retornou à sua terra natal, recebendo o cargo de promotor de Areias (SP), em 1907, por meio da influência de seu avô Visconde de Tremembé, o mesmo que deixou de herança ao neto a fazenda Buquira, em 1911.

No entanto, o aparecimento em maior escala de Monteiro Lobato no cenário cultural e literário nacional acontece quando escreve o artigo intitulado *Velha Praga* em 1914, sendo veiculado pelo Estado de São Paulo, que passou a permitir mais espaço às publicações em função do jornal ter o contratado como colaborador remunerado.

O conto *Urupês*, também publicado em 1914 no Estado de São Paulo, continha o personagem controverso Jeca Tatu que, ao lado de *Velha Praga*, geraram reações conflituosas e polêmicas à época (devido à escrita considerada ácida acerca da figura do caboclo, diferenciada do estilo romântico, movimento que ainda detinha a maioria das produções literárias no Brasil), em que idealiza ao exagero a imagem do homem de campo. Monteiro Lobato trata a figura de Jeca Tatu como uma espécie de “anti-herói nacional”.

Ainda segundo De Luca, durante este período conturbado pela repercussão polêmica da figura de Jeca Tatu, Monteiro Lobato estava ativo na formação da *Revista do Brasil*, participativo em diversos volumes das publicações antes de assumi-la, ao passo que, embora tivesse crescimento na área literária, ele estava cada vez mais com dificuldades financeiras e administrativas a respeito da fazenda, tentando de várias formas diminuir o prejuízo da propriedade, mas sem conseguir os resultados esperados, então decidiu se livrar da fazenda em 1917.

Após a venda de sua fazenda, Monteiro Lobato decidiu dedicar-se de vez à literatura, indo morar na cidade de São Paulo em 1918, bem como foi extremamente ativo na área social, participando da campanha de saneamento (e também da higiene), expondo e discutindo a questão em diversos artigos escritos para o jornal O Estado de São Paulo.

Neste mesmo ano, Monteiro Lobato começava a dar indícios de querer estar presente na literatura brasileira como um editor, transmitindo esse interesse pessoal em conversas com o escritor Godofredo Rangel, seu cunhado Heitor, o escritor Valdomiro Silveira e o poeta Guilherme de Almeida (DE LUCA, 1999, p.65).

De acordo com De Luca, era comum no fim dos anos de 1910 a prática de editar os próprios livros, em função das raras casas editoriais existentes no período que apenas realizavam o trabalho de edição e publicação das obras de autores renomados, assim como a impressão das obras produzidas por Machado de Assis, Euclides da Cunha, Coelho Neto e Afrânio Peixoto eram feitas em países europeus como Portugal e França, ou até mesmo chegando ao caso de não querer qualquer direito autoral para ver seu livro publicado, como ocorreu com Lima Barreto com a obra *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*.

Procurando obter um maior sucesso no campo literário nacional, Monteiro Lobato decidiu imprimir por sua própria conta o inquérito sobre Saci Pererê que realizava no Estadinho, conseguindo um grande resultado com a sua primeira edição toda vendida em somente dois meses, estimulando a ideia de Monteiro Lobato em se transformar em editor e publicador de novos livros, por exemplo, de um conjunto de contos escritos em jornais e revistas.

Como forma de expansão de sua produção literária, Monteiro Lobato se torna proprietário da *Revista do Brasil*, mas, mesmo diante de um novo dono, a publicação ainda não conseguia ser lucrativa, logo gerando uma reação de mudança de rumos da editora por parte de Monteiro Lobato, que decidiu reformular os artigos, bem como permitir a possibilidade de seus leitores enviarem um texto a respeito da Independência, sendo o autor premiado com dinheiro ao ter sido escolhido como a melhor obra do concurso e também permitir a entrada de novos escritores e não ficar somente com os intelectuais renomados (DE LUCA, 1999, p.67).

Os planos de expansão editorial no mercado por Monteiro Lobato também alcançaram diferentes e múltiplas localidades como papelarias, farmácias e fazendas, em que Monteiro Lobato realizava um acordo de comissões com os comerciantes de acordo com as variações das vendas dos produtos, sendo esta utilização do termo “produto” para designar os livros ressaltava a visão mercantil do editor, pois tratava os livros exatamente como vassouras ou qualquer outro objeto que, depois de ser produzido, tem como objetivo essencial ser vendido.

A ideia da venda dos livros tem outro objetivo que não somente ser vendido, mas também alcançar o grande público, pois quanto mais ficava conhecido, mais chances tinha da obra ser comprada, logo proporcionando um maior faturamento e prestígio para a editora de Monteiro Lobato.

Em 1919, a editora de Monteiro Lobato produziu quinze obras e um total de sessenta mil exemplares, gerando uma sensação própria do editor de conseguir um número expressivo de vendas, ao ponto que ele, vendo o sucesso das publicações ser cada vez mais alto e a baixa qualidade e quantidade de impressão de jornais exigida aos seus moldes, decidiu ampliar a sua participação no mercado, entrando no ramo das gráficas, tornando-as sociedades anônimas através do formato de oficinas, acendendo o capital e atraindo sócios, como, por exemplo, Paulo Prado, que seria mais tarde o responsável pela direção da *Revista do Brasil*, enquanto Monteiro Lobato dedicava mais o seu trabalho à editora (DE LUCA, 1999, p.70).

Para De Luca, depois de deixar a direção da *Revista do Brasil* para Paulo Prado, Monteiro Lobato fundou a Companhia Gráfica Monteiro Lobato, deixando-o cada vez mais distante da literatura, deixando-o amargurado, pois não conseguia ter mais tempo de ler obras, sendo também observado através do movimento que ele tomou em delegar a *Revista do Brasil* para Paulo Prado e Sérgio Milliet, pois os considerava como modernistas competentes e capazes de modernizarem as publicações que, não descendo o número de vendas, este movimento literário seria acatado e mantido. Segundo Monteiro Lobato, a estruturação da gráfica se localiza:

“num prédio de cinco mil metros quadrados de área coberta, todo cheio de máquinas, entre elas novidades: os primeiros monotipos entrados em São Paulo. O linotipo compõe linhas inteiras; o monotipo funde tipo por tipo. Maravilha ... Há lá um mundo de linotipos e prelos ... O prédio é uma beleza - é um monstro” (Lobato, 1959a, v.2, p.264).

Ainda segundo De Luca, ao abrir espaço para o modernismo, Monteiro Lobato também permitiu a entrada de passadistas, enriquecendo os debates promovidos pela *Revista do Brasil*, por permitir que diferentes autores, conhecidos ou anônimos, publicassem suas obras contemplando e contendo diferentes visões do pensamento intelectual brasileiro.

O crescimento comercial de Monteiro Lobato pode ser refletido novamente a partir da criação de conceitos como as Notícias Literárias, que foi um espaço dedicado para divulgar ao público sobre o conteúdo dos próximos livros publicados e do Movimento Editorial, que servia como classificação das obras editadas, realizadas pela editora de Monteiro Lobato ou de outras, logo vista como um ato positivo, pois mais uma vez abria espaço para os mais diferentes autores e correntes literárias do Brasil, além da Bibliografia, Resenha do Mês, A Literatura Nacional no Estrangeiro e Galeria dos Editados e de outros setores criados pela *Revista do Brasil*.

A *Revista do Brasil* abriu espaço não apenas para os escritores brasileiros, mas também para escritores latinos, passando primeiramente pela

Argentina², gerando a oportunidade de obras, artigos de imprensa e livros de Monteiro Lobato e de outros escritores brasileiros serem também publicados em outros países da América Latina (DE LUCA, 1999, p.75).

No entanto, De Luca aponta que, embora Monteiro Lobato tivesse comprovadamente um lucro comercial, ele também demonstrava preocupação a respeito de seu equilíbrio financeiro, principalmente originado do investimento das instalações de sua oficina gráfica, pois provocou diversas dívidas ao proprietário, que somadas aos prejuízos causados pela Revolução de 1924, deixou a companhia inativa por três meses, com medidas de crédito bancário impostas pelo então Presidente da República Arthur Bernardes e uma seca de longa duração fazendo um grande corte do uso da energia elétrica. Monteiro Lobato passou sua preocupação em uma mensagem enviada ao seu amigo Rangel:

“A situação piora. A Light que prometera restabelecer a força este mês, avisa hoje que fará nova redução na energia fornecida. Só podemos trabalhar agora dois dias por semana! E como a horrenda seca que determinou esta calamidade continua, é voz geral que teremos completa supressão de força em novembro. O desastre que isso representa para São Paulo é imenso, e como se junta à crise de energia elétrica a crise de água da Cantareira e a crise bancária, o mal é enorme. Até o recurso de montarmos um motor a Diesel falhou; depois de assuntado, faltou-nos água para o resfriamento... verdadeira calamidade... Eu podia prever tudo no meu negócio menos isso: seca do Ceará em São Paulo” (Lobato, 1959a, v.2, p.277-8).

Todos esses momentos citados acabaram culminando no crescimento do acúmulo de dívidas de Monteiro Lobato, e ele não teve escolha a não ser decretar a falência em 1925 e, conseqüentemente, a bancarrota também da *Revista do Brasil*, publicada pela última vez em maio do mesmo ano, tendo uma existência de nove anos, assim como marcando o fim da carreira editorial de Monteiro Lobato momentaneamente³.

² Neste país, a figura de Monteiro Lobato aparece através de Bráulio Sanchez-Sáez, responsável pelas publicações em Bueiros Aires e organizador do Inquérito Literário Sul-Americano, avaliando o trabalho brasileiro entre os intelectuais de outros países do continente (DE LUCA, 1999).

³ Diga-se momentaneamente, pois Monteiro Lobato continuou sua carreira editorial com a criação da Companhia Editora Nacional na cidade do Rio de Janeiro (Koshiyama, 1982).

Desse modo, De Luca apresenta, portanto, uma mistura de opiniões de contemporâneos acerca do trabalho editorial de Monteiro Lobato no cenário da literatura nacional, variando de rótulos como imprudente e de ideias sociológicas ingênuas, mas reconhecendo a fundamental importância das máquinas importadas e consideradas modernistas para aquele período do país.

A perspectiva da contribuição de Monteiro Lobato ao campo literário brasileiro passa pelo processo de releitura de um país ainda caracterizado por não ser definitivamente uma nação considerada pronta. Mas, dentro deste processo histórico, Monteiro Lobato contribuiu para a expansão editorial literária no Brasil, estimulando a entrada de novos autores e novas mentalidades, provocando um embate e debates de diferentes correntes intelectuais, além da expansão da literatura brasileira para outros países da América Latina.

Pelas observações de De Luca, a *Revista do Brasil* poderia servir de exemplo de demonstração de força interna estatal de São Paulo perante os outros estados do país, apresentando-se como exemplo, devido também pela identificação deste estado ser reproduzido aos demais membros, pelo meio das fazendas, ferrovias e grandes cidades, que fortaleciam a imagem de São Paulo como o estado de maior força e presença econômica no Brasil.

A nacionalidade do país passava, portanto, de definições propriamente paulistas para temas como soberania política, cultura e língua, de acordo com os interesses da *Revista do Brasil* na formatação do restante dos estados do país (DE LUCA, 1999, p.78).

Enio Passiani (2003) trabalha sobre a questão da atividade literária de Monteiro Lobato passando também pelo aspecto editorial, no qual o desenvolvimento da literatura sempre teve uma grande dificuldade de expansão entre o território brasileiro.

No século XIX, boa parte dos livreiros e editores era filiada às grandes casas europeias, baseando-se no trabalho de unicamente distribuir a produção literária estrangeira e de editar autores brasileiros. Mas, como dito, o

mercado editorial nacional era basicamente dominado por obras originadas das traduções francesas e portuguesas, com poucas publicações e, conseqüentemente, com um baixo número de vendas (PASSIANI, 2003).

O contexto histórico do mercado editorial no século XIX aponta um completo domínio de obras europeias e de espaço reduzido das obras brasileiras, somado ao baixo número de leitores e de compras, resultando uma falta de estimulação de mais publicações a serem realizadas pelos autores brasileiros já presentes no período, além de também resultar no desestímulo de novos autores nacionais ao quererem entrar e ter espaço neste mercado (PASSIANI, 2003).

No começo do século XX, a situação do mercado editorial brasileiro ainda era considerada ruim, pois continuava o número de leitores baixo, devido, em grande parte, ao um elevado número da taxa de analfabetos no país, chegando a mais de 70%, e sendo também analisado que a produção editorial estava demasiadamente presa para livros didáticos e da legislação brasileira, logo não muito atrativa ao público-leitor brasileiro em geral (PASSIANI, 2003).

Observando este sistema, Monteiro Lobato sentiu que era necessário mudar a situação editorial do Brasil, entendendo que a produção de livros deveria ser largamente expandida, começando por adquirir a *Revista do Brasil* junto ao *Estado de São Paulo*, em 1918, onde o processo inicial passa pela divulgação da própria revista para a produção de livros e depois se expande para outras áreas (PASSIANI, 2003).

Em seguida, Monteiro Lobato queria melhores condições de expansão dos livros, partindo da negociação com comerciantes e proprietários de redes de distribuidoras, oferecendo propostas e acordos através de cartas, incluindo comissões por compra de cada livro ou a devolução das obras de baixa vendagem com o frete pago pelo editor. Isto teve o objetivo de expandir a sua revista ao conhecimento do grande público, bem como crescer o número de leitores no país (PASSIANI, 2003).

A *Revista do Brasil* com a direção de Monteiro Lobato transformou-se na mais importante expressão literária da década de 1920,

contando com a participação de colaboradores intelectuais divulgando suas ideias, o que gerou também o maior núcleo de debates entre intelectuais modernistas e regionalistas, mas com a semelhança de que todos eles colocavam o Brasil como tema principal de análise das suas publicações (PASSIANI, 2003).

Os grandes temas debatidos na *Revista do Brasil* foram sobre a configuração étnica do país, a identidade nacional, as questões sanitárias, imitar tudo que é vindo de fora e a valorização da língua como sendo fundamental no processo de coesão nacional (PASSIANI, 2003).

Com êxito, Monteiro Lobato conseguiu que suas publicações não ficassem somente entre a elite e os intelectuais, mas que ficassem cada vez mais presentes em outros públicos, realizando o trabalho da diminuição de analfabetismo no país, ao lado do sucesso deste autor em obter capital simbólico, conseguindo ficar no topo da hegemonia do campo literário brasileiro da metade da década de 1910 até metade da década seguinte (PASSIANI, 2003).

O sucesso comercial de Monteiro Lobato promoveu novos investimentos na área literária brasileira, expandindo-se através da criação da *Monteiro Lobato & Cia.* nos anos de 1920, com o intuito de revolucionar o mercado editorial novamente na modulação de novos formatos de capas de livros, alterando cores por meio das contribuições de pintores; melhorias extremamente significativas em ilustrações, tipos de letras e qualidade do papel; e abandonando o conceito de tamanho de formato francês para adotar um novo padrão, sendo semelhante aos folhetos utilizados no cordel (PASSIANI, 2003).

Os resultados não poderiam ser mais que positivos para o editor: *Revista do Brasil* e *Monteiro Lobato & Cia* estavam no topo como as principais publicações de livros e obras no mercado editorial brasileiro durante a década de 1920, obtendo excelentes números em vendas (PASSIANI, 2003).

A figura de Monteiro Lobato como editor não representou somente uma expansão numérica da publicação de livros e de leitores, mas também contribuiu positivamente para dar um espaço maior aos novos

escritores da época, tais como Oliveira Vianna, Oswald de Andrade e Lima Barreto, por exemplo. Além disso, reformulou as condições da impressão e produção de obras, promovendo condições sociais de publicação, divulgação e consumo de livros, tornando-os importantes como um bem cultural (PASSIANI, 2003).

Outra inovação de Monteiro Lobato foi emitir o pagamento de direitos autorais para aqueles que publicavam os livros por suas editoras, pagando antes de sua publicação, cuja taxa ficava de dez por cento ou mais do que este valor, dependendo do preço e do número de publicações sendo vendidas (PASSIANI, 2003).

Diferentemente da imagem passada do livro como uma espécie de artigo de luxo, devido ao fato de chegar para poucos e de uma camada mais alta, Monteiro Lobato conseguiu ver o livro como mercadoria, pois quanto mais fosse vendido, mais estaria presente na vida dos brasileiros (PASSIANI, 2003).

O projeto literário lobatiano corresponde ao sentido de inovação, aliando aspectos como aproximar público e obra, escritores e leitores, bem como atingindo o crescimento de interesse ao consumo do mercado de livros pelo público, não ficando apenas restrito ao grupo em específico, pois Monteiro Lobato oferecia uma variedade de opções literárias, como ensaios sociológicos, romances, novelas, contos e poesias, além de escrever temas relacionados à literatura infantil, à crítica da arte e textos políticos (PASSIANI, 2003).

No entanto, sem diminuir o julgamento da qualidade literária, e levando agora o pensamento baseado na teoria de campo de Bourdieu se questionarmos o mercado editorial formado por Monteiro Lobato, ele conseguia ser diferente e ficar à parte da questão literária ou estaria mais perto do campo econômico, no qual se aponta que, antes deste autor, o campo editorial brasileiro não detinha certa autonomia.

Por dentro do campo editorial, a valorização do papel de editor não passa pelo lucro apenas, mas pretende também a contribuição participativa na atividade intelectual, embora o lucro possa ser obtido

indiretamente pelas boas circulações entre artistas, intelectuais e literatos, gerando uma boa reputação e detenção de capital como agente.

Mesmo assim, há uma variação entre decisões de editores a respeito de quais caminhos estratégicos devem ser adotados para que se alcance o lucro, sendo buscado por dois modos: o primeiro é o simbólico, que representa os interesses e as avaliações do campo literário; o segundo é o material, quando adota medidas do campo econômico, logo sendo apontadas também as diferenças da atividade editorial com outras instituições da área literária.

A ascensão de Monteiro Lobato no campo literário seguiu todas as estritas regras literárias e artísticas, além de passar das fases do campo que exigem conflitos e disputas por espaço, onde o autor conseguiu obter a hegemonia do campo literário brasileiro como editor-intelectual, em vez de ser associado à figura do editor como apenas empresário, pois embora tivesse êxito econômico, as obras de suas editoras não deixaram de ter nível técnico, qualificativo ou linguístico.

Portanto, o êxito de uma editora deve ser medido pelo reconhecimento que detém entre os representantes intelectuais e artísticos posicionados no campo literário, assim como pela obtenção satisfatória de ganhos materiais realizados pelas produções e vendagens de livros, fazendo com que aumente o capital simbólico no campo econômico, sendo que estes campos se relacionam e, dependendo do momento, um pode estar acima do outro.

E no relacionamento do campo literário com o campo econômico, entende-se que Monteiro Lobato teve a sua ascensão e conquista hegemônica no campo literário brasileiro partindo inicialmente na história como escritor para empresário de editoras reconhecidas no país.

Passiani (2009) realiza mais uma análise sobre Monteiro Lobato como uma figura central e fundamental no campo literário paulista e brasileiro nas décadas de 1910 e 1920, propondo que ele deteve hegemonia através de um projeto intelectual baseado na escrita literária e na profissão do editor, além

de ser identificado como o mito do herói-fundador das editoras nacionais, pela valorização de seu trabalho entre as editoras e os livros nacionais ao longo da história.

O texto destaca os contos *Urupês* e *Velha Praga*, no jornal *Estado de São Paulo*, feitos em 1914 e a falência de suas casas editoriais, em 1926, como um período marcante na história cultural brasileira, em função de Monteiro Lobato ter sido o responsável pela elaboração de um grande projeto intelectual com o intuito de estimular e aumentar o crescimento da leitura numa população brasileira com milhares de analfabetos.

A expansão editorial de Monteiro Lobato começa a ficar mais presente a partir de 1918, quando assume a direção e, em seguida, adquire a *Revista do Brasil*, aumentando o seu prestígio e tornando-a também lucrativa, pois a duração de tempo sob suas mãos havia sido maior que de outras existentes à época, logo ele conseguiria a fundação do *Monteiro Lobato & Cia*, em 1920 (PASSIANI, 2009).

O sucesso editorial de Lobato também permitiu o debate *intelligentsia* brasileiro realizado por jovens escritores com temas como política, ideologias e estéticas, bem como a associação de todos estes escritores representaram a obtenção de poder do escritor-editor Lobato no campo literário brasileiro, que utilizou este poder para ter influência nas negociações, relações sociais e nos prestígios de manter a sua hegemonia na área (PASSIANI, 2009).

Mesmo adquirindo lucros nos capitais simbólicos e sociais e expandindo os investimentos no campo literário nacional, Lobato recebeu inúmeras críticas, principalmente do grupo dos modernistas, ao seu modelo literário, mas teve a sua atividade editorial reconhecida, por ser considerada inovadora, recebendo elogios de indivíduos como Sérgio Buarque de Holanda e Mário da Silva Brito (PASSIANI, 2009).

Os elogios direcionados para Monteiro Lobato são realizados a respeito da melhoria do sistema de distribuição de livros, sendo repassados por todo o país; a partir da melhoria da qualidade de produção gráfica e visual das obras e já os modernistas, embora quisessem o esquecimento de Monteiro

Lobato como escritor, reconheceram a imagem do “mito” de Monteiro Lobato como editor (PASSIANI, 2009).

No entanto, o verdadeiro reconhecimento dessa imagem vem de editores, mas depois de seu sucesso comercial, e descreve a importância de Monteiro Lobato como alguém inovador no mercado editorial brasileiro, por exemplo, o editor Henrique Pongetti o creditou por ser responsável pela fomentação da produção de livros e da leitura entre a população brasileiros dos anos de 1910 e 1920 (PASSIANI, 2009).

O editor José de Barros Martins não apenas valoriza Lobato para o avanço editorial nacional, mas também observa que a figura do editor não estava somente presa na visão empresarial, e sim como um agente cultural, tão influente e participativo quanto o escritor (PASSIANI, 2009).

Já Octalles Marcondes Ferreira e Enio Silveira tiveram a oportunidade de trabalhar com Monteiro Lobato, especialmente o primeiro, em função de ter sido sócio da Monteiro Lobato & Cia. Segundo ele, Monteiro Lobato teve papel essencial na construção da história editorial brasileira, embora o veja como um empresário mal sucedido. Enio Silveira aponta o “mito” Monteiro Lobato como alguém que simplesmente criou a indústria literária brasileira e os escritores da influência praticamente total dos estrangeiros (PASSIANI, 2009).

Portanto, a valorização da imagem de Monteiro Lobato passou pelas descrições históricas de indivíduos presentes através das mais influentes obras e livros, com grande importância no cenário do campo literário brasileiro, o que mantém o legado e a imagem do “mito” Monteiro Lobato escritor (PASSIANI, 2009).

Essas considerações ressaltam a importância de Monteiro Lobato ao mercado editorial brasileiro, assim como sua intensa colaboração na construção de um público capaz de ler, interpretar e comprar os volumes das mais diferentes obras e de remodelador da área literária nacional, mas sem deixar de reconhecer o trabalho de outros agentes que foram também primordiais para o avanço editorial brasileiro, como os casos dos editores Paula Brito e Francisco Alves.

De todo o modo, como foi observado, outros autores tiveram a vontade de elaborar um conceito colocando a figura de Monteiro Lobato como aquele unicamente responsável por construir a sua própria imagem de um renomado editor e elaborador de eficiente sistema de distribuição dos livros comercializados em diversas partes do território brasileiro.

A pesquisadora Cilza Bignotto (2008) percebe que já existia uma rede de trocas e relações entre diversos intelectuais com a função de serem agentes de suas próprias editoras, estando presentes em seus estados, no que estava justamente incluído Monteiro Lobato, que originou a sua hegemonia no campo literário paulista e, em seguida, no campo literário brasileiro, mas que usava a sua influência para engradecer o seu nome perante as outras editoras nacionais.

Como conclusão, Passiani entende que precisam ser avaliados os modos adotados pelos modernistas e de seus herdeiros no que diz respeito aos julgamentos literários, nos quais Monteiro Lobato é visto negativamente, apesar de seu nome ser considerado importante no setor editorial, bem como por não elevar apenas a figura de Monteiro Lobato como o único interessado no mercado editorial nacional, pois é necessário citar a relevância de outros autores no assunto.

3.2) O embate com os modernistas

Passiani (2002) trata sobre os conflitos entre Monteiro Lobato e o movimento modernista na constituição do campo literário brasileiro inicialmente através de um texto escrito pelo modernista Mário de Andrade, tratando da notícia da morte de Lobato, escrita ao jornal carioca *A Manhã* em treze de maio de 1926. O conteúdo escrito de Mário de Andrade ao jornal se apresenta da seguinte forma:

“O telégrafo implacável nos traz a notícia do falecimento de Monteiro Lobato, o conhecido autor de Urupês. Uma das fatalidades de que sofre a literatura nacional é essa das Parcas impacientes abandonarem no começo o tecido de certas vidas brasileiras que se anunciavam belas e úteis. Muitos literatos têm dessa maneira partido pro esquecimento em plena juventude mal deram com

a obra primeiro vislumbre gentil do seu talento e possibilidades futuras.

(...) Como a morte nos afasta e diminui na distância! Como ela nos reduz a proporções verdadeiras nessa revelação exata das entidades que é o avanço da putrefação e dos vermes!

(...) Nada se nos apresenta de mais carinhosamente pesaroso que estas considerações saudosas agora que temos o coração sangrado e os olhos mojudos de lágrimas com o infausto passamento de Monteiro Lobato, o conhecido autor dos Urupês.”

Este artigo instiga Passiani a tentar compreender as razões que provocaram Mário de Andrade a escrever com tantas críticas negativas e irônicas a respeito de Monteiro Lobato, partindo do princípio de procurar entender a situação por duas perguntas propostas pelo próprio autor: por qual razão esse texto foi justamente realizado em 1926 e por qual razão também Monteiro Lobato foi o autor criticado?

O marco histórico das relações conflitantes entre Monteiro Lobato e os modernistas pode ser definido através de um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* contendo críticas de Monteiro Lobato à exposição realizada pela pintora e desenhista Anita Malfatti, além das intenções do movimento modernista de fazer um rompimento com antigos modelos literários, não importando quais eram os escritores. Monteiro Lobato emite as seguintes críticas para Anita Malfatti:

“Entretanto, seduzida pelas teorias do que ela chama arte moderna, penetrou nos domínios dum impressionismo discutibilíssimo, e põe todo o seu talento a serviço duma nova espécie de caricatura.

Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e tutti quanti não passam de outros tantos ramos da arte caricatural. É a extensão da caricatura a regiões onde não havia até agora penetrado. Caricatura da cor, caricatura da forma - caricatura que não visa, como a primitiva, ressaltar uma idéia cômica, mas sim desnortear, aparvalhar o espectador” (LOBATO, 1948, p. 61).

De acordo com Passiani, o artigo reflete uma visão sarcástica de Mário de Andrade, mas também desvela uma tentativa de assassinato simbólico de Monteiro Lobato, contendo desdém ao tratá-lo como alguém novato no ramo literário, embora ele tivesse fama e reconhecimento como escritor, mesmo que não fosse igual à década de 1910 e início da década de 1920; o segundo ato deste assassinato simbólico de Monteiro Lobato, inicia-se não surgindo antes de 1926 e da Semana de Arte Moderna em 1922, mas nasce do artigo *Paranoia ou mistificação?*, sendo publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em dezembro de 1917, tendo como conteúdo as críticas lobatianas sobre o expressionismo, por ser movimento estético vindo do estrangeiro e não nacional.

Portanto, ainda segundo Passiani, a crítica não era propriamente direcionada a Anita Malfatti, pois Monteiro Lobato reconhecia o talento dela como artista, mas sim pela utilização deste modelo artístico internacional ser preferido em vez de um que valorizasse temas relacionados às terras tupiniquins.

Neste período, Monteiro Lobato era visto como alguém bastante reconhecido no campo literário nacional, graças aos seus artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, bem como sendo proprietário da *Revista do Brasil*, logo obtendo e exercendo um grande poder em sua área. Os seus embates com os modernistas transcorreram durante esta época, principalmente entre 1917 a 1925, ano em que Monteiro Lobato decretou a falência de sua editora.

Aos olhos dos modernistas, por ser uma figura com grande influência na literatura brasileira, Monteiro Lobato significava a maior dificuldade dos modernistas de exercerem dominação, pois ele era considerado como maior representante do passado literário nacional, tratado pelos modernistas como ultrapassado e excessivamente artificial.

O assassinato simbólico de Monteiro Lobato para os modernistas indicava não somente a morte da sua carreira como editor e escritor, mas também sinalizava a morte de sua geração, para que, enfim, o movimento modernista assumisse o protagonismo e recebesse todo o reconhecimento e o

prestígio possível, mesmo de forma involuntária, do campo literário brasileiro, além de manter suas posições de dominantes (PASSIANI, 2002, p.5).

De acordo com Passiani, a construção da ideia do movimento modernista em assumir o papel principal da literatura nacional começou diante da união deste grupo contendo Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e outros autores ao se proclamarem como um momento fundante na história da arte brasileira, pois, em seguida, poderia se declarar como uma “verdadeira” arte nacional, em que a Semana de Arte Moderna significaria a validação de uma nova postura artística e cultural no país, se separando definitivamente da antiga arte e cultura que refletia ainda o Brasil colonizado e resgatando a imagem do Brasil genuíno.

Ainda segundo Passiani, diante do momento fundante na história da arte brasileira pelos líderes do modernismo, a importância da Semana de Arte Moderna, embora este movimento não tenha surgido neste evento ou depois, é considerada como superestimada, pois sua história foi descrita através dos principais representantes modernistas e novamente escrita pelos simpatizantes, que procuraram engradecer o impacto do movimento como um todo.

No entanto, é preciso ressaltar que Monteiro Lobato tornou-se uma figura conhecida pelos seus artigos publicados na década de 1910, com uma postura bastante contundente sobre temas relacionados a hábitos ruins de caipiras em tocar fogo no mato, como na “*Velha Praga*” e a denúncia da péssima situação vivida pelos habitantes no interior paulista refletida em “*Urupês*”, em que aparece o personagem Jeca Tatu (PASSIANI, 2002, p.9).

Segundo Passiani, a escrita dos artigos de Monteiro Lobato envolvia não apenas a literatura, mas também arte e pintura, em que todos eles possuíam a defesa fundamental de um “estilo propriamente brasileiro” e, ao mesmo tempo, indo à oposição do “estilo estrangeiro”, principalmente pela vontade do escritor da criação e do fortalecimento do “estilo próprio no Brasil”.

Este estilo expande-se para uma arte e uma estética de caráter mais nacional, valorizando os costumes e as tradições, pois Monteiro Lobato

entendia que o crescimento do artista acontece pela forma com que este nacionaliza, logo deve tratar de questões envolvidas ao interior e ao sertão, pois estas partes representam verdadeiramente o país, diferentemente de outros setores como o litoral e regiões influenciadas pelos franceses (PASSIANI, 2002, p.9 e 10).

Os artigos publicados por Monteiro Lobato desenvolveram uma respeitada reputação do escritor perante os intelectuais paulistas, tornando-se mais uma razão para que os modernistas tivessem dificuldade de conseguir um maior espaço no campo literário, mas se Monteiro Lobato tivesse tomado uma postura mais semelhante aos modernistas, talvez não tivesse ocorrido situação conflitante entre ambas as partes. Para Tadeu Chiarelli:

“Para os modernistas históricos, empenhados na transformação do ambiente artístico-cultural de São Paulo e do Brasil, não seria interessante reconhecer que aquela que era considerada a primeira artista moderna brasileira já se desviara desse caminho antes de protagonizar a mostra de 1917, optando por uma produção mais convencional. Reconhecer tal situação era evidenciar uma contradição interna no movimento, capaz de obstruir a construção de sua história ideal. Era demonstrar uma fragilidade passível de ser usada pelos opositores” (CHIARELLI, 1995, p. 27).

Esta postura levou os modernistas a adotarem a tática de rotularem Monteiro Lobato como um “pintor frustrado”, pois foi considerado como o grande responsável por Anita Malfatti se afastar do movimento modernista, além de também proporcionar a decadência de sua carreira artística. A verdadeira intenção dos líderes modernistas era não somente rotulá-lo, mas também procurar simbolizar Anita Malfatti em uma espécie de mártir do movimento modernista.

Todavia, ressalta-se que, primeiramente, deveriam ser encontrados os motivos que causaram o afastamento de Anita Malfatti do movimento modernista e, em seguida, analisar que a rotulação de “pintor frustrado” para Monteiro Lobato era errada, pois ele nunca teve a intenção de ser alguém profissional neste quesito, mas ainda mantinha um reconhecimento de opiniões entre os críticos de arte do estado de São Paulo no período.

O caso mais interessante de todo o embate envolvendo Monteiro Lobato e os modernistas ocorreram a partir do momento em que Lobato torna-se proprietário da *Revista do Brasil* e cria a sua própria editora, gerando uma ampliação da hegemonia do campo literário brasileiro, pois ambos exerceram a centralização da atividade intelectual nacional, em que diferentes estilos e movimentos passaram pelas publicações, como pensadores liberais, conservadores, da Academia Brasileira de Letras, do renascimento católico e até mesmo dos modernistas, como os casos de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida e Sérgio Milliet.

Segundo Passiani, para Monteiro Lobato ter obtido a hegemonia do campo literário brasileiro, foi necessário ocorrer os conflitos e as disputas internas com outros agentes existentes no espaço, que tiveram o mesmo intuito dele em querer adquirir poder e domínio. Porém, o seu declínio de hegemonia acontece em 1925, quando Monteiro Lobato não consegue mais fazer obras com impacto semelhante daquelas produzidas anteriormente, como *Urupês* e *Cidade mortas*, passando também a não realizar mais contos⁴ e, principalmente, pela falência de sua editora, acabando com seu prestígio que começou a ser desvalorizado, o que gerou o avanço e a conquista do campo pelos modernistas.

Após a conquista de território dos modernistas, o próximo objetivo deste grupo era ampliar o espaço e a hegemonia do movimento no campo literário nacional e, ao mesmo tempo, deixar no esquecimento as obras de Monteiro Lobato e de outros autores passadistas por serem considerados arcaicos e ultrapassados.

Por fim, entendem-se plenamente agora as razões que levaram Mário de Andrade a produzir um artigo determinando o assassinato simbólico de Monteiro Lobato em 1926, pois esta figura representava a barreira de avanço do modernismo no campo literário, bem como estava em decadência em sua carreira de escritor e editor, tornando-se irrelevante e esquecido

⁴ Em 1923, o livro de conto intitulado *O macaco que se fez homem* foi o último produzido por Monteiro Lobato. Três anos mais tarde, além de fundar a Companhia Editora Nacional, ele foca mais na produção literária infantil (Passiani, 2009).

tempos depois da história literária nacional, justamente por estratégia dos modernistas.

Passiani (2015) faz uma análise sobre a construção do processo hegemônico do modernismo paulista no campo literário brasileiro após a Semana de 1922, liderada pela influência de Mário de Andrade, depois de uma série de segmentações e divisões partidas de dentro do movimento modernista nacional, mas que acabaram conseguindo culminar em medidas tratadas como táticas para alcançar a manutenção de convenções literárias perante outras, incluindo a influência do romance *Macunaíma*, pelas questões estéticas, políticas e literárias desta obra.

O movimento modernista paulista consegue sua ascensão diante de movimentos de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e da região do Nordeste a partir de 1922, ano em que se considera a cidade de São Paulo como o principal centro de reunião de artistas e intelectuais do Brasil, realizando alternâncias e mudanças estéticas, tornando esta cidade a capital da vanguarda (Passiani, 2015).

Durante o período que compreende de 1889 a 1930, São Paulo passa por uma grande transformação, de influências modernizantes e desenvolvimentistas, alterando os processos culturais que, conseqüentemente, mudam os modelos estéticos, assim como há também o crescimento da atividade editorial, pelo aumento da produção de jornais, trazendo a profissionalização do trabalho intelectual, servindo como um dos responsáveis pelas novas construções culturais e literárias nesta região.

Os participantes do movimento modernista paulista desenvolvem um mercado consideravelmente peculiar, devido ao propósito de conseguir reunir diferentes gêneros literários, da poesia até textos-manifestos, sendo este último uma nascente das revistas modernistas, pelo apontamento da modernização de sociedades burguesas na América Latina, mas os participantes também conseguem transmitir e avançar seus protocolos e incorporações literárias e das mídias impressas.

Este grande poder paulista desde a República Velha exerce uma hegemonia cultural e literária diante de outros estados nacionais, passando também pelas influências econômicas e políticas, deixando outros movimentos modernistas abaixo do paulista, colocando-se como o modernismo brasileiro através do alargamento da identidade cultural paulista.

A Semana da Arte Moderna de 1922 tem a marca de ser uma ruptura de jovens escritores que estavam querendo distanciar-se de estilos e escritores considerados arcaicos e ultrapassados, recebendo críticas de jornais conservadores como *O Estado de São Paulo*, mas que não fizeram o movimento ser diminuído, pois ela continuou a ser existente pelo apoio das elites locais e, curiosamente, das próprias divergências internas.

Em uma situação normal, os conflitos levam à desunião e à diminuição do fortalecimento e da expansão das ideias, mas o caso dos modernistas paulistas foi uma exceção, pois fez crescer e expandir, já que a vontade de obter a liderança do movimento modernista paulista permitiu a possibilidade de diversos grupos produzirem as mais diferentes crônicas, artigos e manifestos, mas todos com objetivos em comum: a busca da legitimidade.

Para Passiani, diante do cenário de variações estéticas produzidas pelo modernismo, talvez ninguém melhor represente definitivamente estas mudanças de padrões nos anos de 1920 que o romance *Macunaíma*, escrito por Mário de Andrade. O objetivo principal era relacionar as representações estéticas e políticas de certos grupos da elite paulista que, de 1926 a 1928, estavam procurando modos de exercerem seu poder político e cultural em um momento histórico de decadência.

Neste momento, o autor procura relacionar outras opiniões sobre a importância da obra no contexto histórico vivido por São Paulo durante aqueles tempos. A historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto entende que *Macunaíma* tece críticas a respeito, alegando que trazia uma configuração do regionalismo paulista e estava acima de quaisquer outros valores brasileiros e da modernidade, levantando a questão de que, embora o modernismo paulista estivesse querendo se posicionar no topo em detrimento de outros, ele estava,

na verdade, realizando outro tipo de regionalismo, com influências políticas e literárias das elites presentes no estado de São Paulo.

Já a historiadora Mônica Raisa Schpun faz uma discussão sobre como *Macunaíma* tem um foco bastante específico para São Paulo na maioria dos capítulos, citando outras raramente ao longo da obra. Segundo Schpun:

“Esse olhar sobre a vida urbana que tende a humanizar suas transformações, seus ritmos, refere-se, antes de mais nada, a uma maneira particular de ver e de representar a modernidade paulistana. Trata-se de uma reflexão que, a meu ver, encontra seu momento mais eloquente em *Macunaíma*. Pois ainda que o protagonista tenha nascido “no fundo do mato-virgem”, filho da “índia tapanhumas”, grande parte de suas aventuras passa-se em São Paulo (Schpun, 2003, p 28).”

Mário de Andrade utiliza em *Macunaíma* a técnica conhecida como *bricolage*, isto é, um elemento para deixar as histórias com um caráter mítico, além de distâncias entre espaço e tempo, estando presente no capítulo *Carta pras icamiabas*, em que marca a dificuldade de expressar a identificação simbólica do subtítulo da obra chamada *herói sem nenhum caráter* pelas variações eruditas, ultrapassadas e cultas (PASSIANI, 2015).

Além disso, *Macunaíma* tem uma grande influência pela linguagem escrita, responsável pela demarcação do modernismo diante de outras correntes literárias tratadas como arcaicas e ultrapassadas, incluso o estilo literário de Monteiro Lobato, classificado como “passadista” de acordo com os critérios utilizados por Mário de Andrade.

Sem contar também os elementos presentes na obra com intenção de identificar modos de escrita vindos do modernismo paulista, como a mistura radical de estilos, a sensualidade, uma literatura mais perto da linguagem ou narrativa oral, trazendo uma “cultura de mescla”, bem como destacar o progresso industrial e tecnológico vivido naquela época pela cidade de São Paulo (PASSIANI, 2015).

Todos esses elementos citados acima refletem o pensamento de Mário de Andrade a respeito do modernismo, em que esta obra representa a defesa do autor de ter preguiça no trabalho e uma imagem mais alegre e

colorida, transmitindo uma tentativa cultural de colocar a cidade de São Paulo como a locomotiva da civilização modernista nacional (PASSIANI, 2015).

Ao mesmo tempo, esses elementos podem produzir contradições sobre a mensagem da obra, principalmente a respeito das alternâncias do personagem principal entre a vida industrial e tecnológica da cidade grande e do pensamento tratado como “selvagem”, mas a obra, de fato, queria demonstrar as misturas presentes na cidade de São Paulo, especialmente daquelas culturas originadas de imigrantes. Em geral, a obra quer transmitir a mensagem de que São Paulo é uma opção do estado cultural e político, embora seja obsoleto e subordinado.

Pela presença de imigrantes, a elite paulista tece conceitos depreciativos a respeito da presença destes grupos na cidade, pois tem a visão de que estes imigrantes estavam somente na região para fazer dinheiro, podendo prejudicar os interesses financeiros da elite, além da preocupação de causar a desordem cívica e moral da capital, especificamente de questões que envolvem temas raciais e culturais, pois a elite paulista queria a continuidade da pureza étnica e racial, logo querendo, através de decisões políticas, a interdição de proximidade dos imigrantes.

De acordo com as observações feitas por Lúcia Lippi Oliveira, o afastamento da imigração provocou um vazio na construção do modernismo paulista, em função da elite não apenas interditar a participação do imigrante, mas também em propor um processo de “paulistanizar” este indivíduo, somado ao modernismo paulista estar procurando uma construção nacional desde o seu início, logo querer o afastamento de influências europeias na formação do movimento, dentre eles estava Mario de Andrade.

Para Passiani, a elite modernista estava dividida em duas correntes: uma ortodoxa mais presa ao passado, enquanto a heterodoxa mais receptiva aos elementos estrangeiros, em que se aponta um ponto onde o próprio Mário de Andrade admite ainda estar preso ao passado, ou seja, ser um passadista, pois se apresentou como alguém hesitante com as influências da imigração italiana em São Paulo.

Em seguida, aponta-se que o modernismo de Mário de Andrade presente em *Macunaíma* também demonstra um conceito antropofágico existente em São Paulo, devido ao processo desta região engolir as influências imigratórias e as transformar em sua própria cultura paulistana, além de transmitir a passagem do último capítulo da obra que relaciona a recuperação da pedra mágica do personagem não ser o bastante para trazer seu antigo amor de volta com a mensagem de que o modernismo ainda era um movimento contínuo, principalmente na expansão de São Paulo como marca da cultura nacional ou brasileira (PASSIANI, 2015).

Para Passiani, a cidade de São Paulo é entendida como reunidora de diversos elementos culturais na formação do modernismo, em que a figura de Mário de Andrade está como um dos principais representantes deste movimento, mas que exerce influência no progresso estético, embora tenha um pensamento político semelhante ao do conservadorismo, devido ao fato de querer a manutenção e a monopolização hegemônica de São Paulo e da sua elite aristocrática na construção do modernismo nacional.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou, em boa parte, a importância de Monteiro Lobato para o processo de crescimento do interesse do brasileiro para a literatura. Os métodos inovadores de Monteiro Lobato como empresário da edição trouxeram um estímulo da publicação de obras e, conseqüentemente, um aumento ao acesso da população à literatura, mesmo considerando o fato de que este período detinha uma taxa de analfabetismo consideravelmente alta.

Embora o analfabetismo fosse um problema para conseguir um número ainda maior de vendas, Monteiro Lobato entendia que era fundamental estimular a leitura para a construção de um melhor processo cultural, educacional e social da população brasileira. Um efeito somente observado tempos depois de seu trabalho literário.

Diante dos desafios vividos no período, Monteiro Lobato teve uma participação ativa na constituição e na formação do processo de desenvolvimento de conhecimento cultural, educacional, social e literário do brasileiro, principalmente nas camadas mais pobres da população, pois tanto o acesso como a construção das obras literárias estava praticamente dedicados aos interesses da elite.

A participação ativa de Monteiro Lobato para o processo estimulante da literatura entre o povo brasileiro passou também desde a base, isto é, do crescimento das publicações dedicadas ao público infantil. Apesar do foco deste escritor paulista ter sido maior para a literatura infantil depois da falência de sua editora, ele conseguiu ter êxito em seu objetivo também como empresário.

Na parte empresarial, Monteiro Lobato não somente obteve sucesso de vendas com as publicações de suas obras, mas conseguiu também adquirir um grande poder e influência na constituição do campo literário brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

Se antes o campo literário brasileiro estava praticamente presente na elite, Monteiro Lobato poder ter sido possivelmente o primeiro autor brasileiro a estar interessado em produzir as suas obras para as massas, além

dele ter sido provavelmente o primeiro escritor nacional a dar um tratamento aos livros, como não sendo algo apenas cultural, mas também tratar como comercial, pois o escritor paulista conseguiu acumular capital simbólico em seu campo e capital financeiro como empresário da edição.

Pelo tratamento comercial dado ao livro, Monteiro Lobato teve grande contribuições nas mudanças estruturais e de estilos das publicações. Para se tornar um produto mais atraente aos olhos dos leitores, ele decidiu fazer modificações do tamanho, capa, cor e até mesmo como os livros estariam colocados ou posicionados nas estantes de lojas ou de outros estabelecimentos que divulgavam suas obras.

Na tentativa de promover cada vez mais suas publicações em diferentes estabelecimentos, Monteiro Lobato foi inovador em negociar com os donos sob as condições de vendas, como as taxas, ter uma parte do dinheiro vinda das vendas e da devolução do dinheiro, caso gerasse prejuízos aos proprietários.

Esse processo de acúmulo financeiro permitiu a possibilidade de Monteiro Lobato ser dono de revistas, editoras e de uma companhia gráfica, logo exercendo a expansão de seu domínio de campo em diferentes áreas literárias no Brasil.

O escritor paulista exerceu um domínio tão presente em seu espaço que teve êxito em reunir publicações de antigos e novos escritores, conhecidos ou não, e assim gerando a sua liderança de posicionamento no campo literário brasileiro presenciado entre o fim dos anos de 1910 até a metade dos anos de 1920.

Na construção do campo literário brasileiro, Monteiro Lobato abriu espaço para escritores com diferentes posicionamentos e estéticas, como no caso dos modernistas, principalmente nomes como Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

O modernismo brasileiro teve sua ascensão durante a Semana da Arte Moderna de 1922, gerando críticas negativas de Monteiro Lobato perante a estética deste movimento. Entre os criticados por ele estavam Anita Malfatti, uma pessoa importante, e que já havia sido criticada pelo escritor de Taubaté

anos antes. Um dos principais motivos para a divisão entre modernistas e Monteiro Lobato é que este era tratado como passadista, ou seja, alguém preso ao passado.

Nos embates com os modernistas, por mais que divulgasse suas publicações, Monteiro Lobato não detinha grande poder no campo literário brasileiro, mas acontecimentos históricos ocorridos no meio dos anos de 1920 acabaram prejudicando o equilíbrio financeiro tão temido do escritor paulista, que o levaram à falência.

O declínio da atividade editorial de Monteiro Lobato permitiu o consequente avanço do modernismo, especificamente o paulista, que deteve o monopólio deste movimento, e de seu espalhamento em outras regiões do Brasil, como o caso de Minas Gerais.

A ascensão do modernismo ao topo do domínio do campo literário brasileiro representou não somente o declínio de Monteiro Lobato, mas também de seu esquecimento e varrimento ao longo da história, pois o modernismo, pela figura de Mário de Andrade, decretou o assassinato simbólico de Monteiro Lobato, após este ter decretado a falência de sua editora, bem como autores considerados ultrapassados e arcaicos que foram deixados de lado.

Ao todo, nós vimos uma considerável contribuição de Monteiro Lobato na constituição do campo literário brasileiro, começando como escritor de artigos de jornal e culminando como um empresário e proprietário de revista, editora e companhia gráfica, passando pela alternância aos modelos de produção e tratamento dado aos livros, sendo expandidos à população e obtendo lucro pelas vendas dessas obras.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre: Campo Intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (org.) **Problemas do Estruturalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 99-181.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BIGNOTTO, Cilza Carla. **Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)**. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

CATANI, Afranio M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação e Sociedade**, Campinas, 2011.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

GUIMARÃES, João Ivo D. Entre o “ilustrado” e o “intelectual puro”: considerações acerca das virtualidades e limites do modelo bourdiano de campo para analisar a primeira geração modernista de Minas Gerais. **Arquivos do CMD: Dossiê Literatura e Memória**, 2015, p.12-33.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). **Revista USP**, São Paulo, 1995, p.165-181.

KOSHIYAMA, Alice M. **Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário, Editor**. São Paulo: Edusp; T. A. Queiroz, 1982.

LEÃO, Andréa B. Além da nação: Sophie de Ségur no campo literário infantil brasileiro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, UNB, Brasília, 2009, p.157-168.

LOBATO, Monteiro. **Idéias de Jeca Tatu**. 1 a ed.1919. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleyre**. São Paulo: Brasiliense, 1959a. (Obras Completas, v.II e 12).i

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: **A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas**. Brasília: Editora da UnB. p.506-526. 1982.

ORTIZ, Renato. **A procura de uma sociologia prática**. In: Pierre Bourdieu. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983, p.122-155.

PASSIANI, Enio. A geografia literária de Macunaíma: Protocolos de leitura e a hegemonia do modernismo paulista (1922-1928). **Arquivos do CMD: Dossiê Literatura e Memória**, 2015, p. 34-56. Disponível em:

<<http://www.culturaememoria.com.br/revista/index.php/cmd/index>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

PASSIANI, Enio. Os duelistas: os confrontos entre Monteiro Lobato e o modernismo na formação do campo literário nacional. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**. GT Pensamento social no Brasil. Caxambu (MG), 2002, p.1-23. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4424&Itemid=317>. Acesso em 10 jul. 2018.

PASSIANI, Enio. **Na Trilha do Jeca**: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. Bauru: EDUSC, 2003.

PASSIANI, Enio. **A construção da hegemonia**: Monteiro Lobato, mercado editorial e campo literário no Brasil. Assis: UNESP, 2009.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. **Tempo social. Rev. Sociol. USP**, 2004.

SCHPUN, Mônica Raisa. "Luzes e sombras da cidade (São Paulo na obra de Mário de Andrade)". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2003, p. 11-36.